

004

POLÍTICAS DE GOVERNANÇA DIGITAL E AÇÃO PÚBLICA

SESSÕES TEMÁTICAS



'IDEOLOGIA DE GÊNERO' E ATIVISMO NA REDE: VELHAS DENOMINAÇÕES, NOVAS COMUNICAÇÕES.

Velhas denominações, novas comunicações.
Autor Thiago Guain Teixeira (UFRJ)

RESUMO: O presente trabalho busca analisar a relação do discurso produzido nas redes sociais sobre a suposta 'ideologia de gênero' e a opinião pública, formadora do senso comum acerca das políticas públicas, buscando compreender como tais manifestações influenciaram as políticas públicas que abordavam gênero e sexualidade no atual contexto. A etnografia digital será utilizada como metodologia de pesquisa, possibilitando uma análise acerca do discurso produzido por esses grupos. Juntamente com esse método, foi realizado um levantamento bibliográfico que possibilitou o mapeamento de alguns atores e instituições que contribuíram com a propagação de tais discursos em meio digital, como movimento 'Escola sem Partido', deputados da bancada evangélica, senadores, governadores e até o atual presidente da república, segundo pesquisas realizadas.

PALAVRAS CHAVE: Gênero; sexualidade; discurso; comunicação; redes sociais.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente trabalho elucida a contemporaneidade das questões políticas, sociais e digitais que tencionam o debate de gênero e sexualidade no país, entendendo, através de dinâmicas temporais e oportunidades históricas, a configuração de um cenário moralmente conservador. Busco assimilar o conjunto de eventos que possibilitaram o atual território discursivo no que tange às políticas de gênero e sexualidade na atualidade das ações engajadas publicamente.

O discurso produzido ao redor do sintagma "ideologia de gênero" é o objeto central deste artigo, levando em consideração a importância do meio digital para a produção e influência de tal narrativa. Documentos, fotos, artigos, vídeos, postagens, reportagens e até memes difundidos no meio digital e nas redes sociais são objetos de estudo, que ajudam na conexão e difusão de discursos conservadores, possibilitando uma hegemonia social na sociedade brasileira de base retórica fundamentalista.

Entre 2014 e 2017, o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) recebeu 12.112 registros de violência contra pessoas trans., cuja identidade de gênero foi classificada como transexual mulher, transexual homem ou travesti. Em relação a pessoas cuja orientação sexual consta como homossexual ou bissexual e cuja identidade de gênero não foi identificada, foram 257.764 casos de violência no período. Em 2017, ano mais recente com dados disponíveis, 76% dos registros tratavam de violência física, tanto para pessoas homossexuais quanto para pessoas trans. Em média, chegaram ao sistema 11 casos de violência contra pessoas trans e 214 casos de violência contra pessoas homossexuais no país a cada dia de 2017 (GÊNERO E NÚMERO, 2019).

O Brasil há consecutivos anos ocupa as primeiras posições nos índices de violências contra mulheres e a população LGBT. Analisar e compreender os discursos que motivam tal violência contra minorias no país foi inicialmente a maior motivação e gerador de engajamento no assunto. Segundo Foucault (1985), os discursos sobre o sexo e as sexualidades são mobilizados para afastar da sociabilidade as relações que se distanciam da economia de reprodução, mais uma vez se encarnando o discurso da família tradicional, do núcleo reprodutor como único caminho possível na vida.

Identificar os discursos que constroem o consenso acerca das questões de gênero e sexualidade no Brasil são fundamentais, encaixar as peças de um difícil quebra-cabeça discursivo e complexo, na intenção de rastrear as raízes da problemática do 'gênero' na sociedade brasileira. Compreender as relações de poder que perpassam o gênero, a sexualidade e a performatividade dos corpos, focando nas narrativas construídas pelos grupos motivados pela questão. Os discursos preexistem ao sujeito, nas narrativas de ódio; as relações de poder estruturadas na sociedade são faladas por meio do enunciado do sujeito, resultado de representações socialmente compartilhadas (SALIH, 2013).

A dimensão discursiva da sexualidade e das novas identidades políticas, que entraram em cena a partir do advento das redes sociais, configuram um novo terreno de disputas significativas. Debruçar-se sobre os estudos das mídias digitais, do comportamento humano durante seus momentos de conexão com a internet, e identificar os fatores contribuintes para a discussão, de forma negativa ou propositiva, é essencial. Busca-se elucidar a dimensão da rede política discursiva que, se utilizando dos meios digitais para influência da opinião pública, impôs uma agenda moralmente conservadora, impedindo o avanço de pautas e políticas públicas voltadas às questões de gênero e sexualidade no Brasil.

DISCURSIVIDADES POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UM BREVE HISTÓRICO

As diferenças entre homens e mulheres na vida social foram até um momento histórico descritas e estabelecidas a partir do viés biológico e da compreensão que existe uma simples relação de causa e efeito entre biologia e comportamento social (MOORE, 1997).

Os estudos acerca de 'gênero' têm seu início nas teorias feministas do início do século XX, onde começam a se formular teorias para explicar as diferenças empíricas que eram observadas entre homens e mulheres na sociedade. Inicialmente 'gênero' como categoria metodológica foi utilizado pelas teóricas feministas dos anos 80, que buscavam estudar "os mecanismos legais e culturais da subordinação das mulheres" (GIRARD, 2007).

Durante parte da década de 80, a pesquisa e produção científica em torno de 'gênero' desenvolveu-se na duplicidade sexo e gênero, natureza e cultura. Quem propõe uma nova forma de compreender o gênero é Joan Scott que, em 1996, publica seu mais importante artigo: "*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*", que traz novas perspectivas para os estudos de gênero, destacando-o enquanto uma categoria de análise, passível de aplicação metodológica.

Antes de teorizar sobre os fatos, é importante pontuar que os estudos de gênero e sexualidade constituem um terreno discursivo movediço, composto por diversas frentes e áreas. As teorias de gênero compõem um campo maior, que é moldado por diversos atores que transitam e constroem entre outros movimentos, ou seja, não há consenso sobre os 'usos e abusos' do conceito de gênero (SCOTT, 2012), a reprodução das formas binárias de classificação: natureza/cultura; heterossexualidade/homossexualidade (BUTLER, 2004) e a "dessexualização do conceito" na maioria dos estudos dos anos 80 e 90 (CORRÊA, 2011).

Tais teorias são respostas a anos de controle do sexo pela medicina, psiquiatria e psicologia, que se esforçaram para reproduzir esses essencialismos, provenientes da biologia, e para classificar o sexo como propriedade dos indivíduos, sem história e determinantes sociais (RUBIN, 1994).

A organização de gênero e sexualidade, a autonomia e o controle dos corpos, as identidades produzidas sempre tiveram forte conexão com a produção estruturante de diversas sociedades, também conhecida por economia de reprodução. Alguns discursos são mobilizados intencionalmente, criminalizando as atividades não reprodutivas, os prazeres paralelos, e reduzindo as práticas sexuais a finalidades matrimoniais e reprodutivas, multiplicando as condenações jurídicas das perversões, equiparando a irregularidade sexual à doença mental. (FOUCAULT, 1985).

Gênero é, portanto, antes de tudo, uma área de estudo, como qualquer objeto, aberto a críticas, argumentos, e a novas pesquisas e contribuições. O termo 'ideologia de gênero' não nos diz muita coisa, visto que os Estudos de Gênero são compostos por diversas áreas como: a história, a antropologia, a sociologia, a pedagogia, a filosofia, a política, a linguística, a biologia, a mídia, entre outros que também colaboram para o desenvolvimento do debate (FURLANI, 2017).

Entretanto, há evidências materiais, como documentos, livros e alguns escritos, que localizam a gênese das teorias anti-gênero na Igreja Católica, mais precisamente no discurso produzido por membros de influência no Vaticano, como Michel Schooyans e Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI). Referencialmente, gênero como uma ‘ideologia’ é observado nestes documentos após as discussões nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) em Cairo e Pequim, e se intensifica no século XXI com uma nova roupagem e novas redes de influência, perpetuadas pelo atual Papa Francisco (STABILE, 2018).

A conferência no Cairo (Egito), que ocorreu de 5 a 13 de setembro de 1994, teve como uma das principais pautas os direitos reprodutivos das mulheres. No Cairo, um grupo de Estados se uniu para apresentar um contra discurso homogêneo, que influenciou o rumo dos debates no evento. Surgiu uma identidade discursiva entre Estados muçulmanos, o Vaticano e os Estados católicos da América Latina contra os direitos reprodutivos da mulher. Mesmo com tal investida, ao final da conferência, o documento produzido avançou no debate dos direitos reprodutivos, articulados pelas Organizações Não Governamentais e outros grupos civis feministas, acompanhados por Países Europeus, América do Norte, Ásia e parte da África Ocidental. Desde o Rio de Janeiro (1992), as organizações feministas vinham se mobilizando para fazer aprovar a sua agenda no espaço político da ONU, e isso pôde ser sentido como uma ameaça ideológica para os grupos fundamentalistas. Em 1995, na conferência de Pequim, os mesmos grupos do Cairo se articularam para disputar a agenda de gênero, conseguindo diminuir o efeito das discussões que visavam debater a questão.

Em 2019, em nova conferência realizada pela ONU, novas discussões tratavam de temas de gênero, como educação sexual e família, e o Brasil votou a favor de uma proposta do governo do Paquistão e de outros Estados islâmicos sugerindo retirar de uma resolução na ONU o termo “educação sexual” em projetos de combate à violência contra a mulher. A retórica anti-gênero, apesar de ter sido formulada há tempos, mostra-se extremamente eficiente na construção das narrativas que motivam o medo e mobilizam as pessoas.

Rogério Junqueira (2017), em sua longa investigação pelos discursos e influências que rondam o debate de gênero, afirma que, desde 1990 e atualmente, é perceptível tal influência na construção de hegemonia, através de numerosos esforços criativos. O Vaticano e seus documentos episcopais se concentraram em encontrar expressões que melhor identificassem suas teorias sobre gênero e que também funcionassem na mídia e na política para mobilizar as pessoas e agentes públicos contra os estudos de gênero e os direitos das mulheres e LGBTs, que sempre incomodaram os setores conservadores que compõem parte generosa da Igreja Católica e suas adjacentes. Junqueira explica em sua pesquisa as consequências dessa disputa na criação de um pânico coletivo:

“Notadamente, nessas ofensivas engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis”. Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral (COHEN, 1972, 2011), por meio de estratégias político-discursivas voltadas a arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”” (JUNQUEIRA, 2017).

O discurso da suposta ‘ideologia de gênero’ viralizou no Brasil entre os setores conservadores, especialmente entre cristãos e protestantes, parlamentares das bancadas do Boi, Bala e Bíblia. Não somente entre esses, mas de modo geral a todos os grupos que essas poderosas redes podem influenciar. Para esses grupos, a construção moral e social de homens e mulheres não devem ser reinventadas, desconstruídas, muito menos devem ser objeto de discussão na escola, já que a organização daquilo que é específico de homem e de mulher deve ser orientada pela família a partir de suas convicções morais, políticas, religiosas e ideológicas.

De acordo com Reich (1988), a concepção de família é como objeto de honra, sendo um dos elementos fundamentais para o fortalecimento de uma sociedade reacionária e conservadora. As bandeiras levantadas em nome da ‘família tradicional’ são diversas, transbordando a individualidade da fé e constituindo um marco regulamentador da opinião pública na atualidade.

Veremos, a seguir, qual foi a retórica utilizada pelos novos movimentos que se dizem contrários a uma suposta doutrinação de gênero, e como as redes sociais, e uma sociedade onde a comunicação de massas tem um papel central na organização de poder do capital, transformaram a luta anti-gênero num forte agente formulador da agenda de políticas públicas promovidas pelo estado.

OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Entende-se por comunicação, em sua forma mais pura, como sendo a transmissão de ideias de uma pessoa a um receptor por meio de um canal. Os fluxos comunicacionais, como um meio contínuo, complexo e que não pode ser isolado arbitrariamente, são pano de fundo para identificar o tráfico de influências embrenhado nos discursos. Inicialmente, os estudos em comunicação expressaram a preocupação com o processo linear, o qual inclui fonte, mensagem, canal e receptor.

Partimos do conceito de comunicação como ferramenta transacional, como ação, como interação e como transação, sendo fundamental a leitura das narrativas estudadas dentro de seu contexto histórico (MILLER, 2005). Signo, significado e significante serão levados em conta na construção da análise, compreendendo a subjetividade dos símbolos mobilizados. Fairhurst (2008) complementa o pensamento de Miller ao trazer novos significados para o debate, dando novos sentidos a comunicação: i) comunicação como transmissão de informação e intenções; ii) comunicação como construção de significado e gerenciamento; e iii) comunicação como interação.

Diferenciar comunicação e discurso é necessário para entender a complexidade dos conceitos. O texto, escrito ou enunciado em sua forma concreta e analisado como objeto empírico, tem começo, meio e fim. Já o discurso tem como característica a sua incompletude, pois está aberto às análises e às interpretações. Orlandi (1996) em seus escritos diz: “Na perspectiva do discurso, o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade”. É na enunciação do discurso que são vistas as interações. A concepção de língua como lugar de interação corresponde à noção de sujeito como “entidade psicossocial” (KOCH, 2002). Em uma tentativa de conceituar o discurso, Orlandi (2003) explica:

“O discurso é definido não como um transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social histórico (ORLANDI, 2003, p. 63).

Os cruzamentos entre o discurso e a norma são estruturantes nas sociedades modernas, visto que foram desenvolvidas normas sexuais regulatórias, controles pedagógicos da sexualidade, caracterizando e horrorizando os desvios possíveis da norma. Através de discursos e outros mecanismos, nos últimos séculos houve uma centralização da sexualidade e do sexo na genitália, visando garantir o povoamento e a reprodução humana. Perpetuando as relações sociais e as formas de trabalho de maneira hierarquizada, que possibilitem uma vivência sexual útil economicamente e politicamente conservadora (FOUCAULT, 1985).

No Brasil, a relação estabelecida entre a criação de normativas sexuais e de gênero no âmbito social, jurídico e político não ficou dissociada das relações de poder já existentes e da economia reprodutiva como modelo hierarquizado de classificação das sociabilidades. É perceptível durante a história brasileira a constituição de uma normativa diferenciada para gêneros e sexualidades dissidentes, que tem, por fim, a valorização de uma única forma de viabilidade da organização das relações sociais e, conseqüentemente, de toda a lógica que estrutura os comportamentos coletivos. O papel dos discursos identitários e das narrativas sociais, que reivindicam direitos ou a retirada deles, é fundamental na construção da cultura de uma sociedade. A construção da agenda de prioridades de um governo leva em conta as pautas do próprio, mas também considera os debates em voga nas arenas públicas que, dentro de uma sociedade democrática, garantem a participação da sociedade nos processos políticos e tomadas de decisão. Dentro desta perspectiva, a participação política dos sujeitos de direito nos debates e a discussão pública fermentada no interior da sociedade civil são condensados na forma de opiniões públicas que exercem diferentes formas de influência ou direcionamento da conduta estatal. O papel ativo desempenhado pelos diversos atores sociais da sociedade civil é fundamental para a garantia e permanência da legitimidade democrática nos Estados democráticos de Direito. O desenvolvimento e formação da opinião pública são influenciados por um conjunto bem vasto de elementos, tais como: a formatação da esfera pública, o desenho institucional do Estado, o grau de consolidação dos direitos políticos, o papel dos meios de comunicação de massa, a forma e profundidade da cultura política e os discursos mobilizados.

Monique Wittig (2016) defende que estamos inseridos em uma cultura heterossexual, onde toda maneira de viver em sociedade se refere a este modo particular de vivência. Há um contrato heterossexual que regula as relações e as práticas sociais através dos discursos, ancorando um regime hierarquizado entre os gêneros, baseado na submissão ou apropriação de tudo aquilo que é considerado não masculino. Warner (1994) formula o conceito de heteronormatividade, que marginaliza as orientações sexuais e identidades de gêneros que não são heterossexuais ou cisgêneros. O desenvolvimento de uma sociedade estruturada sobre princípios violentos, em decorrência do contrato heterossexual e da heteronormatividade, fez com que as pessoas LGBTQs sejam vistas enquanto desviantes e historicamente adjetivadas como pecadoras, criminosas e doentes. Isso gerou um efeito cumulativo de características estereotipadas que, apesar de certos avanços no combate à LGBTfobia, ainda se preservam na contemporaneidade.

A construção da heteronormatividade como padrão de família e de relacionamento sexual como única via acaba por criar uma normatividade, atribuindo um significado negativo a toda relação que se desviar da norma. Desta forma, os gêneros e sexualidades desviantes são hierarquizados e posicionados como um perigo à sociedade, uma ameaça à família e à religião cristã e, por isso, devem ser combatidos e eliminados.

O pânico moral gerado a partir da construção dessa narrativa é extremamente perigoso, como aponta Richard Miskolci (2016): não há espontaneidade na geração de um pânico coletivo. As mídias, os think tanks, as associações profissionais, os partidos políticos, os grupos religiosos e, mais recentemente, os ditos 'youtubers' podem contribuir para uma eclosão de um temor social. Os benefícios dos grupos sociais que proporcionam essa explosão podem ser morais ou materiais, como observamos posteriormente, refletindo no resultado das eleições de 2018 e no surgimento dos ditos empreendedores morais (MISKOLCI; CAMPANA, 2016).

A veiculação em diferentes meios de comunicação tem papel importante no processo de consolidação do pânico moral na opinião pública, pois o sensacionalismo midiático tende a contribuir para produzir a extensão da preocupação, desproporcionalmente ao perigo real que o problema possa acarretar, gerando, conseqüentemente, reações coletivas também desproporcionais (COHEN, 2002).

Manuel Castells (XXXX) já dizia que o poder na sociedade em rede é o 'poder da comunicação', isto é, usar eficientemente os novos mecanismos de comunicação, produzindo sentidos e significados capazes de influenciar na formação da opinião pública.

A internet tem possibilitado o surgimento de novos tipos de poder, liberdade, e controle. Possibilidades de vazamentos, rápida disseminação de informação, fuga do controle de informações pelas grandes corporações da mídia (em um primeiro momento) e novas formas de mobilização da opinião pública dos medos coletivos. A atual configuração da sociedade reflete um momento histórico específico, no qual as redes de informação e comunicação desempenham um papel central na reconfiguração da organização da produção, poder e do significado (BENKLER, 2011).

O terreno fértil, que possibilitou uma estrutura de oportunidades históricas para que o movimento anti-gênero ganhasse força no Brasil e construísse significados políticos para suas ações, é composto de um universo muito particular de atores e fatos, tornando a tarefa de conectá-los uma difícil missão. Esse terreno se torna ainda mais complexo quando analisado em seu contexto digital, levando em consideração o aumento de usuários das redes sociais como Facebook, Twitter e Youtube. Inicialmente, observei um alto crescimento em buscas relacionadas a 'ideologia de gênero' na internet em 2014, via Google Trends, mecanismo da própria plataforma Google, que permite buscar os fluxos de pesquisas de termos específicos e em datas específicas. No início das discussões do novo Plano Nacional de Educação, a discussão ganha espaço nas redes conforme novos atores entram em cena. A pauta de todos jornais durante uma semana era a polêmica ao redor da palavra 'gênero', encontrada no texto do novo plano.

METODOLOGIA: A ETNOGRAFIA DIGITAL

Presenciamos, na última década, uma revolução provocada pelas 'novas tecnologias', que alteraram algumas dinâmicas de informação. O 'gênero' e a 'sexualidade', que antes tinham contornos sociais diferentes na materialidade rotineira, atingem novos sentidos no "ciberespaço", possibilitando a fermentação de uma cultura digital, com novas possibilidades conectivas e importantes transformações nas discussões de gênero e sexualidade. A cibercultura expressa o surgimento de um novo universo, diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer. O conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolveram juntamente com o crescimento do ciberespaço constituem esse novo território digital (LÉVY, 1999).

Observar os meios digitais, como forma de reconstruir alguns momentos da nossa recente história, coletando o máximo de informações possíveis sobre o termo "ideologia de gênero", foi inicialmente a metodologia utilizada, também conhecida como Etnografia Digital. Um dos grandes desafios no estudo da mídia social como esfera pública (BASTOS, 2011; SOARES; RECUERO, 2017) é compreender este espaço como disputa de sentidos. A mídia social, conceitualmente compreende o uso dos sites de rede social para conversação e espalhamento de informações, onde a estrutura dos grupos observados e das conexões online é capaz de filtrar, dar visibilidade, ou seja hierarquizar determinadas informações em detrimento de outras (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

A Etnografia é uma metodologia que nos permite entender o outro por meio de sua cultura, de seus hábitos, de sua comunicação e de seu comportamento. Nesta fase inicial, de nada importou o posicionamento da mídia acerca dos estudos de gênero. A expectativa era acumular o máximo de referenciais possíveis, algo parecido com a metodologia bola-de-neve, compilando as principais notícias, reportagens, artigos, vídeos, imagens, livros e qualquer outra mídia que contivesse os termos “ideologia de gênero” ou fizesse alusão aos estudos de gênero e as discussões na opinião pública. Dessa forma, foi possível agrupar uma pequena base de dados que, analisados e extraindo referências, permitia a construção de uma rede mais completa de algumas dinâmicas que contribuíram para o fortalecimento do movimento anti-gênero.

A análise de conteúdo é uma metodologia muito utilizada para analisar conjuntos de dados textuais. Consiste em um conjunto de abordagens próprias para se estudar textos, imagens e outros conteúdos, de modo que seja feita sistematicamente a extração de algum sentido dessa base textual. Trata-se de uma abordagem constituída de várias técnicas diferentes, tanto qualitativas como quantitativas (BARDIN, 2004).

No debate em torno da suposta ‘ideologia de gênero’, mais importante do que identificar todos os atores envolvidos na criação de um pânico coletivo, busquei analisar os discursos e as formas de associação que permitem o surgimento de campo discursivo de ação. Sonia Alvarez (2014) denomina os campos discursivos de ação como preocupações políticas e culturais que são compartilhadas, mesmo que os atores nesses campos tenham diagnósticos divergentes. Portanto, não classificaremos esses grupos como uma espécie de movimento sociais supostamente alocados na sociedade civil, compreendemos aqueles que combatem a “ideologia de gênero” como empreendedores morais que agem dentro de um campo discursivo de ação

RESULTADOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A ampla e penetrante premissa da “ideologia de gênero”, vista como a desconstrução dos papéis de gênero tradicionais, por consequência, da família, dentro dos ambientes educacionais, despertou o pânico moral necessário para o início de uma enorme batalha, que mobilizou parte da sociedade, da mídia, dos grupos religiosos e da classe política brasileira, que se unificaram para criar e combater um inimigo comum, o gênero.

A internet passou a ser a nova estratégia universal de dominação da população por parte das grandes empresas e figuras políticas. A novidade comunicacional possibilitada pelas novas tecnologias reafirma a teoria do papel da comunicação como um processo intrínseco aos novos acontecimentos e mudanças comportamentais. A possibilidade de criação de significados e signos às ações possibilitaram o uso de redes sociais como um espaço influente na construção de sentidos para a opinião pública, de massas. Castells entende os processos que derivam da sociedade da informação:

“O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades, inclusive à Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada pelo escolasticismo, ou seja, no geral uma infra-estrutura intelectual. Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.” (CASTELLS, 1999, p.64-65).

A alteração da dinâmica comunicativa nestes novos tempos certamente afetaram as relações de gênero, baseadas nas construções coletivas dos significados (através da performance de gênero) (BUTLER, 2001). As novidades tecnológicas evidenciam que a cibercultura, fundamentalmente sendo fluida de significados e indefinida na produção de consensos, deve afetar de alguma forma os sentidos que constroem acerca do sexo e do gênero, como efeito de um discurso decididamente social, público e político. O ciberespaço não tem capacidade de anular o sistema de gênero e as formas que este tem de se reproduzir, nem é capaz de vencer os mecanismos que possibilitam que esse sistema garanta sua própria sobrevivência, mas de certa forma tem alterado os limites e inserido novas questões aos estudos de gênero.

Assim, o discurso é visto como uma forma de prática social que se realiza total ou parcialmente por intermédio de gêneros textuais específicos. A internet aparece como uma nova ferramenta de mediação comunicativa, possibilitando inúmeras formas de conexão e de interação, e aumentando exponencialmente o fluxo de discursos e informações.

O discurso tem efeitos constitutivos porque, por meio dele, os indivíduos constroem e criam realidades sociais. Neste momento, a sexualidade e o gênero passaram a constituir novos contornos em meio às comunidades virtuais. A chegada de movimentos sociais às redes sociais criam um novo elemento que influenciava a opinião pública de forma intensificada e começava a ganhar espaço nas novas discussões levadas para a política institucional.

PROCESSOS POLÍTICOS EM ANDAMENTO

Através do levantamento documental realizado, foi constatado que as mobilizações anti-gênero no Brasil, mais especificamente contra a suposta ‘ideologia de gênero’, se iniciaram em 2011 com a notícia de que o Ministério da Educação, chefiado por Fernando Haddad na época, lançaria uma cartilha parte do programa “Escola sem Homofobia”. O projeto causou polêmica, e não foi bem recebido pelos setores conservadores, inclusive pela Igreja Católica, que desde o início demonstrou seu descontentamento com os rumos políticos da questão. O “kit gay” (nome dado à cartilha que fazia parte do projeto “Escola sem Homofobia”) foi um sintagma criado na intenção de confundir os desinformados sobre as reais intenções do projeto e foi a faísca inicial para que uma narrativa reacionária anti-gênero se instaurasse na opinião pública. Tão grande foi a reação contrária ao projeto de lei, que a presidente Dilma Rousseff vetou a distribuição da cartilha. A seguir, um depoimento do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (2011):

“Atenção, pais: os seus filhos vão receber um kit que diz que é para combater a homofobia, mas que, na verdade, estimula o homossexualismo, Com a mentira de estar combatendo a homofobia, eles estão estimulando o homossexualismo e abrindo as portas para a pedofilia”. (BOLSONARO, 2011)

Em torno da valorização da família, no atual cenário político brasileiro têm se estruturado estratégias políticas que reivindicam na infância, manobras ideológicas que se valem da ameaça à criança quando, em realidade, intenciona reprimir a agenda de direitos humanos. A crescente visibilidade dada as pautas de diversidade sexual e de gênero no país significou uma ameaça aos interesses de grupos religiosos, fundamentalistas e conservadores

Nos discursos contra a “ideologia de gênero” nas escolas, a preocupação ativada pelos grupos que se diziam contra a suposta doutrinação evidenciaram uma falsa preocupação com a orientação sexual das crianças e adolescentes, como se pudesse, através de espaços de educação sexual nas escolas, doutrinar adolescentes a ‘decidirem’ suas sexualidades. A disputa ao redor da sexualidade na educação infantil revela que há uma guerra pela manutenção de um modelo hegemônico de sociedade construído a partir de noções da heterossexualidade compulsória e de valores morais cristãos, nos quais o padrão de família, constituída exclusivamente por um homem, uma mulher e sua prole, está em pauta (BALIERO, 2018).

Uma enxurrada de conteúdo foi publicada digitalmente e, entre vídeos, visualizações, compartilhamentos, comentários, o assunto era único e a polêmica ‘ideologia de gênero’ começa a ganhar espaço nas redes sociais, tanto para quem defende uma suposta doutrinação sexual nas escolas quanto para os grupos que acreditam não existir nada disso, são atribuídas as responsabilidades de disseminação de tal pânico. O debate impulsionou discussões virtuais, por vezes longas, entre usuários da rede, e acabaram se estendendo até o momento.

O impacto das transformações pelas quais o Brasil tem passado ainda não é totalmente compreendido. Entre 2013 e 2017, o país entrou em colapso. Apenas dois meses depois da eleição de Marco Feliciano, um pastor evangélico assumidamente conservador que em seus discursos mobilizou significados negativos para exemplificar LGBTs, para a presidência da CDHM, protestos populares irromperam e provocaram um ciclo de instabilidade política que não foi superado até agora. Eram as jornadas de junho de 2013.

A importância da participação de grupos neopentecostais no cenário político não é nenhuma novidade. Dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam o crescimento dos adeptos da religião evangélica no Brasil, ao mesmo tempo em que apontam a redução do catolicismo. Naquele ano, havia 42,2 milhões de evangélicos no país. O ritmo de crescimento é acentuado. A retórica ultra conservadora impregnada na política brasileira é resultado de esforços coletivos de grupos religiosos, que transbordam as fronteiras e alinham-se à influência internacional de outros movimentos anti-gênero, que encontraram na expressão ‘ideologia de gênero’ a força necessária para unir outros setores da luta fundamentalista.

Em 2012, as Comissões de Direitos Humanos e de Educação da Câmara dos Deputados realizaram um evento chamado: “Seminário LGBT no Congresso Nacional - Respeito à Diversidade se Aprende na Infância: Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência”. Na época, Jair Bolsonaro repetiu em diversas mídias que o evento era denominado como “Seminário LGBT Infantil”, o que não era verdade.

Recentemente, na política brasileira, têm se estruturado estratégias que reivindicam os direitos infantis, como se a ideologia de gênero fosse uma verdadeira ameaça à infância. Essa manobra ideológica se vale da ameaça a criança, mas na realidade visa reprimir a agenda de direitos humanos e a crescente valorização as temáticas de diversidade sexual e de gênero. O pânico moral é sustentado pela inexistente conexão entre uma pseudo ameaça a infância e os movimentos que lutam pelos debates de gênero e sexualidade. Nesta lógica, a discussão sobre gênero e sexualidade em espaços como escolas, faculdades e mídias é vista como uma real ameaça ao futuro do país.

Em 2014, a meta que buscava superar desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, é suprimida da versão final do PNE (Plano Nacional de Educação). Após longos e acalorados debates que estremeceram a opinião pública, foi retirado do PNE e de alguns planos estaduais e municipais qualquer menção à palavra ‘gênero’. A polêmica foi observada pela grande mobilização de discursos por ambos os lados. A internet como mecanismo de disputa de sentidos já havia se consolidado, portanto, é neste momento que observo um grande aumento dos fluxos discursivos que relacionavam os estudos de gênero a algo terrivelmente abominável.

O lobby anti-gênero mobilizado para barrar as discussões de gênero na educação ganhou poderosos aliados, que surgem em um contexto específico, após as jornadas de junho de 2013. Impulsionados pela pressão nas redes sociais e pela força da opinião pública, o movimento ‘Escola sem Partido’, em coligação com grupos católicos e neopentecostais, conseguiram a retirada da menção da palavra ‘gênero’ dos novos documentos educacionais. Inclusive em partes do texto que não eram referenciadas a homens ou mulheres, mas a gêneros alimentícios.

Em 2016, o ex-senador Magno Malta (PR-ES) apresenta um projeto para criar o programa Escola Sem Partido e vetar a abordagem sobre as questões de gênero na escola. A Assembleia Legislativa de Alagoas aprovou, em 2016, um projeto de Escola sem Partido, sob o nome de Escola Livre. O STF suspendeu a lei por meio de liminar, garantindo a constitucionalidade da educação verdadeiramente livre.

Após pressão da bancada evangélica do Congresso em 2017, o governo Michel Temer retira ao menos dez menções a gênero da versão final da Base Nacional Comum Curricular (que prevê o que os alunos devem aprender na educação básica e no ensino médio). No mesmo ano, a filósofa Judith Butler, convidada para o lançamento de um livro no Brasil, teve sua presença questionada por uma petição online, assinada por, pelo menos, 300 mil internautas.

Segundo a revista Gênero e Número, até abril de 2018, 91 projetos relacionados ao “Escola sem Partido” foram apresentados em Câmaras Municipais e Assembleias do país. Apesar da atuação de deputados religiosos e conservadores (avessos aos direitos das mulheres e da população LGBT) parecer recente, o avanço dessas articulações relembra a constituinte de 1988. Parte significativa desta oposição aos direitos LGBTs no texto da nova constituição é creditada ao que Cristina Câmara identificou como uma bancada evangélica. Essa articulação assegurou a retirada da expressão “orientação sexual” do rol de direitos fundamentais do texto constitucional. A promulgação de uma Constituição democrática que não faz referência à vedação de discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero é um dos referenciais que marcam uma oposição à conquista de políticas públicas de prevenção à violência.

A ausência de políticas públicas específicas, que levem em consideração as atuais estatísticas a qual está acometida a população LGBT, especialmente a população trans. (travestis, transexuais e transgêneros), que têm expectativa de vida de 36 anos, segundo relatório da Transgender Europe Association (2016), nos alerta para uma preocupante realidade: o aumento da violência, ou pior, a naturalização da mesma via discurso.

As proporções que o debate de gênero tomaram no país nunca antes foram observadas. Uma suposta doutrinação alçada pela ‘ideologia de gênero’ está sendo utilizada como ferramenta para criação de pânico moral, na tentativa de fomentar uma retórica fundamentalista na sociedade. O nível absurdo que o discurso da ‘ideologia de gênero’ tomou, significou uma desgastante luta no campo discursivo, em seu discurso de posse como presidente da República, Jair Bolsonaro falou:

“É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.” (BOLSONARO, 2018)

A proteção da ‘família tradicional’ e por conseguinte seu valores, a naturalização da ordem se articulam em processos que configuram o gênero, a sexualidade, o corpo objetos distantes da nossa realidade. Ao proibirmos os usos no vocabulário escolar os termos “gênero” e “orientação sexual”, impedimos que vastos setores do conhecimento produzidos ao ensino. A meta é evitar qualquer questionamento da percepção naturalizada dos papéis sexuais, impossibilitando o combate a formas recorrentes de violência ocasionada por gênero, dentro e fora das instituições escolares, culminando no feminicídio e no assassinato de LGBTs devido à ausência de políticas públicas que garantam direitos a esses grupos historicamente marginalizados. A defesa da ‘família tradicional’, a necessidade de reafirmação da família heterossexual como modelo único é um objetivo que parece compensar tais violências, que ficam completamente invisíveis.

Neste sentido, a recusa dos conservadores ao conceito de gênero e a tentativa falaciosa de enquadrá-la como “ideologia” é também um ataque aos avanços dos direitos sociais, civis e políticos das mulheres e LGBTs. É, sobretudo, uma forma de questionar a liberdade de orientação sexual, de identidade de gênero e a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo e sua própria vida. No entanto, essa não é uma batalha apenas das mulheres e da população LGBT. É umas das trincheiras que envolverá a resistência de todo o povo brasileiro contra as estranhas do nosso passado-presente profundamente conservador, autoritário e patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALIEIRO, F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Cadernos pagu, no 53, 2018, n.p.
- BENKLER, Y. Network Theory| Networks of Power, Degrees of Freedom. International Journal of Communication, 5, 39, 2011
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CORRÊA, Sônia. 05 nov. 2017. Ideologia de gênero: rastros e significados. Disponível em: . Acesso em 24 ago 2018.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FURLANI, Jimena. “Ideologia de Gênero”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09pp, 2016.
- GARBAGNOLI, Sara (2014). “Le Vatican contre la dénaturalisation de l’ordre sexuel: structure et enjeux d’un discours institutionnel réactionnaire”. Synergies Italie, n° 10, pp. 145-67
- GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da Violência de Gênero**. 2019. Disponível em: <<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política. vol. 18. no 43. pp. 449-502. 2018
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. 1a edição. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 14.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.
- MOORE, Henrietta et al. Understanding sex and gender. Companion encyclopedia of anthropology. London: Routledge, p. 813-30, 1994.
- RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. The Lesbian and Gay Studies Reader. Nova York: Routledge, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20 (2), 71-99, 1995.
- WARNER, M. Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- WITTIG, M. El pensamiento heterossexual y otros ensayos. Barcelona: Editorial Egales, 2016.